



Juiz rejeita ação por considerar problema mais amplo

O juiz José Roberto Cabral Longaretti, da Vara da Infância e da Juventude do Foro Regional de Santo Amaro, em São Paulo, rejeitou a a o do Ministério Público por considerar que o caso relatado   muito mais amplo do que foi apontado pelos promotores. Para o juiz, mais do que um problema de assistência a crianças, a questão   de carência total das famílias da região conhecida como Favela da Paz, na zona sul da capital paulista. Para a rejei o do pedido, o juiz usou um laudo que demonstra a precariedade em que vivem as 96 famílias que moram no local.

Segundo a assistente social da Justiça, Fátima Gouveia, as famílias vivem "sem a menor condi o de habitabilidade, higiene, segurança, abrigo, já que a maioria das pessoas está ao relento". A assistente social afirma ainda que os moradores usam energia elétrica clandestina e água puxada para um ponto pela Sabesp. Ela diz que, apesar de os pais negarem, a maioria das crianças não freqüenta as escolas por falta de asseio. "Quase ninguém toma banho, não existem instala es sanitárias, improvisam penicos de garrafas plásticas que não se sabe precisamente onde são despejadas".

O MP pedia em A o Civil Pública que a Justiça obrigasse o poder público estadual e municipal a implementar programas sociais na região para garantir a crianças e adolescentes o acesso   nutri o básica, água potável e higiene e assepsia pessoal. As famílias são remanescentes da reintegra o de posse de um terreno da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista.

A administra o municipal requereu a rejei o do pedido, alegando que há abrigos e albergues que podem ser usados pelas famílias. Já o governo do estado alegou que a tutela antecipada traria "preju os maiores do que aqueles que pretende evitar". Ambos afirmaram ainda que a pretensão do Ministério Público fere a separa o dos poderes, pois cabe ao Executivo decidir os temas da administra o.

Longaretti indeferiu a liminar, alegando que o problema   habitacional e que este tipo de assunto não   de competência da Vara da Infância. O juiz afirmou ainda que os antigos ocupantes de uma área privada passaram para uma pública, passando de uma ilegalidade para outra.

O juiz admitiu que as condi es de moradia são precárias, "em concreta situa o de risco aos menores que l  estão", mas considera que o caminho para a soluço do problema escolhido pelo Ministério Público de São Paulo foi equivocado. Para ele, a interven o do Judiciário seria a perpetua o da ocupa o ilegal de um bem público.